

3

A emergência interacional do desvio

“O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro”.

(E. Goffman)

- *Porque... nós somos muito diferentes. As pessoas normais, não.*
- *Eu acho vocês pessoas normais.*
- *Não, pessoas normais, assim, mas eu tô falando assim...*
- *É quem foi pego, quem não foi pego.*
- *Talvez a diferença seja essa.*

(Trecho da entrevista realizada com Lúcio, participante desta pesquisa)

O capítulo 2 procurou explicitar brevemente o modo como o conceito de violência pode ser perspectivado e definido de maneira fluida e variável, em função da abordagem teórica abraçada e do recorte de objeto por ela sustentado. Quando o foco recai sobre a criminalidade urbana, as discussões prioritariamente enfocam as causas do fenômeno, o que é problemático por duas razões. Em primeiro lugar, porque não se chega a questionar a natureza estável, apriorística e generalizante do que seja “crime”; em segundo lugar, conforme já se disse quando da revisão dos principais trabalhos da área, porque estabelecer causas isoladas para um fenômeno complexo é uma maneira reducionista de tratar o problema. Conforme lembra Becker, sobre a pesquisa social:

“a busca de causas induz ao erro porque supõe um modelo aditivo de como as coisas acontecem. É daninha porque leva o analista a atribuir culpa de maneira incompleta e moralmente questionável” (2007: 142).

O presente capítulo desenvolve mais cuidadosamente as ideias Becker, cuja argumentação, baseada no interacionismo simbólico de Simmel e Schutz, vai em direção ao caráter negociado e contextualizado de construções como “crime”, ou *desvio*, conforme prefere o autor.

Como *desvio* se refere a um processo de rotulação de pessoas e grupos – trata-se de uma construção identitária, portanto –, o capítulo também revisa os conceitos de *self* e *estigma* de Goffman (1959 e 1988, respectivamente), e deixa reservados para a revisão teórica sobre narrativas (capítulo 6) alguns dos principais encaminhamentos da vertente socioconstrucionista da pesquisa sobre identidades sociais.

3.1.

Escola de Chicago e os processos de individualização

De acordo com os encaminhamentos da antropologia social, mais especificamente o movimento conhecido como Escola de Chicago, para se entender o modo como as diferenças e conflitos marcam as configurações atuais da interação entre grupos e indivíduos, é preciso recorrer aos processos de formação da “sociedade moderno-contemporânea”, bem como aos processos de individualização que ela fomenta.

Para Simmel (1902 *apud* Velho 2003, entre outros), que, desde o início do século XX, já apontava particularidades históricas e sociológicas da metrópole – em oposição à homogeneidade e estabilidade remotas atribuídas à vida rural em aldeias e vilarejos –, é a diferença que funda e constitui as sociedades urbanas atuais. Tal diferença estaria patente na multiplicidade de “domínios” (coisas a se fazer; papéis a desempenhar) e “níveis de realidade” (pontos de vista; visões de mundo) que, coexistentes, desafiavam o desenvolvimento integrado dos indivíduos.

Interessados nessa diferença, e nas repercussões sociológicas do fenômeno, a Escola de Chicago, descendente da obra de Simmel, realizou, seminalmente através de Park (1916), pesquisas sobre o crescimento problemático da cidade, organização social de seu espaço, heterogeneidade étnica, econômica e cultural de seus habitantes, entre outros objetos que, em resumo, pretendiam dar conta da

dinâmica social das populações urbanas, suas relações com a cidade e formas de interação que emergiam desse contexto (Velho, 2000:16). A partir dos estudos desse grupo, a prototipicidade de Chicago tornou-se metonímia para os estudos sobre a metrópole: decorrente da complexidade das metrópoles, o fenômeno da violência, ainda de acordo com Velho (2007), nas suas formas “urbanas” atuais, só pode ser compreendido tendo esse cenário como pano de fundo.

Isso porque um dos aspectos mais sublinhados decorrentes do processo de urbanização é a impessoalidade que se instaura nas relações entre os indivíduos. A desagregação das redes de parentesco e reciprocidades que marcavam as pequenas comunidades, nas novas configurações, que propiciam estímulos abundantes e experiências e hábitos mais divergentes e velozes, acaba por criar isolamento e anonimato como novos valores ou padrões de comportamento, quase como uma capa protetora contra a fragmentação – uma atitude *blasé*, nas palavras de Simmel (*apud* Velho 2000) –, cuja consequência mais drástica é o acirramento dos conflitos no convívio social. No contexto brasileiro, a explosão demográfica das populações urbanas em decorrência do êxodo rural e os próprios processos citadinos de segregação social estão na base da composição de grupos pobres de baixa renda, com demandas básicas de saúde, habitação, educação e trabalho, que se tornam, a um só tempo, vítimas e agentes da violência (*idem*).

O mesmo processo de segregação e distância social repercute nos processos identitários: se uma das características da sociedade que se acaba de descrever é “a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo” (Velho, 2003:14), uma outra faceta do anonimato é justamente a possibilidade de trânsito, por parte dos indivíduos, entre diferentes grupos, situações sociais e seus respectivos “repertórios de significados”, para usar os termos de Geertz (1989). E são justamente a desagregação e o rompimento de valores decorrentes dela que permitem ao indivíduo desempenhar dinamicamente diferentes papéis, mesmo que fragmentados e contraditórios. Nas palavras de Velho e Machado da Silva: “o que seria mais característico da grande metrópole é a possibilidade de desempenhar papéis diferentes em meios sociais distintos, não coincidentes, e, até certo ponto, estanques. Isso é o anonimato relativo” (1997:79-80). Isso acontece porque é sempre possível compartilhar um foco de ação coletiva em que a mesma rede de significados está disponível para pessoas oriundas dos mais diferentes contextos. Marcas de estratificação social, faixa etária, ocupação, pertencimentos étnicos,

entre outros, podem aparecer e desaparecer em certos enquadres desde que uma definição comum de realidade – ou uma mesma “província de significado” (Schutz, 1979) esteja sendo compartilhada.

Um conhecido exemplo desse processo é aquele descrito por Velho (2003 [1974]). Em uma rua movimentada de um dia útil em Copacabana, no Rio de Janeiro, um senhor aparentemente teria incorporado publicamente um “preto-velho”, entidade espiritual da Umbanda. A situação, aparentemente exótica, foi rapidamente assimilada e organizada pelos transeuntes que, mesmo oriundos de grupos sociais bastante divergentes, se distribuíram rapidamente entre consulentes e ajudantes da entidade, e encenaram, ali, em plena calçada, um ritual religioso. O que o exemplo ilustra é o modo como hierarquias patentes em outros contextos – o cenário era composto por personagens dos mais diversos tipos, de senhoras distintas da zona sul do Rio a estudantes secundaristas uniformizados, por exemplo – desapareceram quando o contexto religioso se impôs, isto é, quando uma definição comum de situação social redistribuiu expectativas e desempenhos congruentes àquela moldura. Pode-se dizer, então, que unidade (pessoas fazendo coisas juntas) e fragmentação (pertenças a diferentes mundos de significado; atitude blasé) estão na base de uma teorização interacionista sobre identidade social, que prevê (i) que a realidade social é construída simbolicamente, é uma rede ou uma “província de significados” negociada a cada situação social e (ii) que as pessoas estão sempre em uma interseção entre diferentes mundos, interagindo com e aprendendo novos universos semânticos (o “mover-se” é sempre interacional).

A partir do caso do preto-velho, os encaminhamentos de Schutz (1979) e Simmel (1902; 1916) são reformulados por Velho (2003) nos seguintes termos. O estilo limite¹⁴ das metrópoles e os jogos identitários propiciados por elas (a possibilidade de se circular por diferentes arenas de significado, i.e., diferentes experiências e papéis sociais) não permitem uma construção precisa de mapeamentos identitários socioculturais. E os múltiplos papéis assumidos em

¹⁴ Para Velho (2003), a sociedade “moderno-contemporânea” não difere fundamentalmente de outras formas de organização social. Toda sociedade seria marcada por diferenças – planos e dimensões simbólicas divergentes. O que ocorre em nossos dias é um acirramento, isto é, uma maximização da fragmentação de papéis e domínios; evidência mais nítida de algo que funda a natureza social.

função do movimento por diferentes planos seriam incompatíveis apenas se pensássemos em uma sociedade monolítica ou dividida por categorias estanques.

O que o trabalho sociológico, então, deve objetivar entender são quais os “campos de possibilidade” de deslocamento entre províncias de significado construídas pelos indivíduos no curso dos processos históricos (ou: quais são as disponibilidades para a metamorfose identitária), e quais os processos de interação e negociação que estão na base das performances e códigos assumidos em determinadas circunstâncias pelos atores sociais.

São essas reflexões que norteiam tanto os estudos identitários sobre desvio de Becker (1963) quanto os de Goffman (1959; 1988), e não se dissociam fundamentalmente das reflexões atuais sobre fragmentação no sujeito contemporâneo.

A próxima subseção se ocupa de um dos processos de negociação de significado mais relevantes para esta pesquisa: o rótulo do desvio.

3.2 A construção social do desvio

Para as teses vinculadas ao interacionismo simbólico, uma posição social não é algo que se possui para que posteriormente se exhiba; antes, é uma consequência da adoção e da aceitação de modelos de conduta apropriados e expressivamente coerentes. Os estudos dessa inclinação teórica que se debruçam sobre o desvio tenderão a caracterizá-lo dessa mesma maneira, insurgindo-se contra versões mais ou menos deterministas para o fenômeno. Tais explicações advêm basicamente de dois grupos, já tratados no capítulo 2 desta tese.

O primeiro deles é aquela que foi denominada “tese psicologizante”, e que está na base da própria história de criação das instituições prisionais e sua justificativa (cf. capítulo 2). Essa tendência de se localizar no indivíduo o crime apresenta de saída um problema óbvio para se explicar os crimes de grupo, como é o caso, por exemplo, do tráfico de drogas no Rio de Janeiro: uma explicação como a de natureza estritamente psicológica fragiliza-se porque supõe uma certa coincidência determinante de patologias entre as pessoas que apresentam comportamento desviante, fato que não se observa na prática.

O segundo tipo de explicação, de natureza macrossociológica, é aquele que equaciona as causas da criminalidade com patologias de natureza “social” (idem). Tal explicação também não está livre de limitações, uma vez que trata a condição social e a história de vida dos atores sociais como fatores determinantes, homogeneizando classes como família e vizinhança e ignorando que, na prática, não se verifica nesses grupos uma adoção homogênea de um mesmo tipo de comportamento. No município do Rio de Janeiro, por exemplo, mais de um milhão de seus habitantes residem em favelas¹⁵, e nem 10% desse total se encontram empregados pelo tráfico ou incidindo em qualquer outro tipo de infração criminal.

Segundo Velho (2003 [1974]), ambas as explicações são variações de uma visão estática e pouco complexa da vida social, que a reificam, ou à psicologia humana, delegando a explicação do desvio para algo muito além daquilo que a observação direta pode alcançar e muito aquém do próprio processo acusatório, segundo o autor, uma variável bem mais relevante que a ação desviante em si, uma vez que são comuns tanto os casos em que o rótulo antecede a ação, quanto aqueles em que a ação jamais resulta no rótulo.

Sendo assim, para os fins deste trabalho, me interessa, basicamente, o conceito de desvio tal como formulado por Becker (1963). De dentro da influência da etnometodologia e fenomenologia, que tendem a desprezar mecanismos exploratórios que levem em conta “forças abstratas”, o autor enfatiza que “é preciso pensar no que o desviante faz em sua rotina, o que pensa sobre si mesmo, sobre a sociedade e suas atividades”. Interessa a Becker elucidar questões como *qual o processo pelo qual a pessoa normal torna-se envolvida em instituições e comportamentos convencionais? E qual processo faz com que ela assuma impulsos desviantes?*

Salientando a agência como princípio da ação social e deslocando a discussão para o plano simbólico, Becker parte da formulação bastante evidente de que há um grupo formulando o julgamento do que é desvio, e que, por essa razão, diferentes grupos consideram coisas diferentes como desviantes. O desvio em si é um conceito vago e divergente que decorre de um processo de rotulação

¹⁵ Dados do censo demográfico do IBGE de 2000 para o município do Rio de Janeiro. Na ocasião, constatou-se que mais de um milhão de habitantes residem em favelas, para um total de pouco menos de cinco milhões e meio de habitantes da cidade.

nem infalível nem correspondente ao real, sendo o indivíduo desviante aquele a quem, devido a relações complexas de poder, um rótulo foi aplicado com sucesso. Não haveria, nesse ator social, uma motivação localizada e identificável como causa do comportamento desviante; antes, Becker o reformula como algo que emerge das relações sociais; que é criado nelas – “é a própria sociedade quem cria as normas cuja violação constitui o desvio” –, e é exigido certo grau de consenso e cooperação de muitas pessoas para que seja sancionado como tal.

Como dito anteriormente, não estando o desvio definido aqui pela qualidade do ato ou por um condicionamento de qualquer natureza, mas sim como algo que resulta da interação entre acusadores e acusados, ele é tomado como uma noção perspectivada e controversa. De fato, Becker aponta que as regras acordadas socialmente que determinam os parâmetros para a ação desviante não descendem diretamente de valores morais cultivados numa dada cultura. Os valores são ambíguos e podem ser interpretados de muitas formas; passam, como diz Geertz, pelos inacabamentos da cultura, suas áreas de manobra, de significado aberto. As regras são produto da ação de um empreendedor que as cria, e das relações de poder que a consensualizam.

Desta observação surge um conceito, ainda formulado por Becker, que me interessa particularmente neste estudo. Para o autor, impulsos e desejos desviantes, que todos certamente têm, são transformados em padrões definidos de ação por meio da interpretação social de uma experiência em si mesmo ambígua, e tal ambiguidade tende a forçar o ator social a produzir justificativas racionais que conformem a ação desviante dentro de um círculo maior de comportamentos aceitáveis. O desviante permanece sensível aos códigos e condutas convencionais, e a maneira que encontra para lidar com isso é justamente lançar mão de certas técnicas de neutralização que passam a organizar sua identidade. Trata-se de “justificações [de natureza histórica, psicológica ou legal] para o desvio que são vistas como válidas pelo delinquente, mas não pelo sistema legal ou pela sociedade em geral”, mas que neutralizam a força dos valores e da aceitação da ordem até o ponto de ressignificar as ações desviantes como *prazerosas ou meritosas*.

3.3 A apresentação do *self* nos encontros sociais

De maneira mais ampla que Becker, a construção interativa da subjetividade ganha espaço especialmente no trabalho sociológico de Goffman (1959). A exemplo dos demais signatários do empreendimento interacionista, o autor procurou dar conta de como os indivíduos “vivem, interpretam e atuam no trânsito entre diferentes esferas de significado” (Velho, 2003 [1974]: 27). Então, partindo do princípio comum da pluralidade dos mundos sociais, Goffman desenvolve uma microsociologia dos encontros que tem por objeto as competências que explicitamos ao entrar em “acordos” interacionais, ou seja, acordos sobre as definições de situação e o modo de se comportar em função de seus princípios reguladores. Também de acordo com Velho: “o mérito de Goffman foi de fazer do universo de serviços um laboratório dos rituais da vida cotidiana, de estudar-lhes a dimensão normativa e de analisar os motivos em termos de competências sociais” (idem).

Para Goffman (1959), as identidades se manifestam em co-presença a partir de sinais de várias naturezas que a todo tempo os participantes de interações cotidianas emitem e interpretam. Tais sinais nos ajudam a definir a situação e orientam nossa maneira de agir no mundo. Calculadamente ou com pouca consciência disso, atores sociais estão sempre expressando a *si mesmos* – expressão que não deve ser entendida nos termos de um “verdadeiro eu”, mas como apresentações sociais baseadas em interpretações do que seja adequado cultural e situacionalmente –, de modo a causar uma impressão naquele que recebe e interpreta tais sinais. O “si mesmo” de Goffman traduz-se na expressão consagrada por “*self*”, definida como “o sentido subjetivo de si que um indivíduo vem a obter como resultado de suas várias experiências sociais”.

O caráter fluido dessas imagens projetadas exige dos interactantes tomá-las como um trabalho estratégico e regulado, em função da definição de situação e da imagem que pretendem obter da troca interacional, estabelecendo um plano de ação estratégico, sustentados pelos significados sociais consagrados que associam indicialmente certos sinais a interpretações já estabilizadas.

Nesse sentido, ainda que um senso de subjetividade habite o ator social, ele não está, segundo Goffman, livre de contrassensos. Isso porque a atividade em co-

presença, porque indicial, tem sempre um caráter promissório: as inferências originadas dos índices são sempre expectativas, de modo que a identidade co-construída na interação seja sempre uma impressão; uma aparência.

Não à toa, Goffman elege o domínio dramaturgico como base para suas metáforas da vida em sociedade. De acordo com o autor, o *modus vivendi* interacional se caracteriza pela prestação de homenagens às aparências, a partir de um trabalho dramaturgico de representação de atividades e papéis, em que a situação é o palco, o sujeito o ator, e seus interlocutores a plateia, de quem se espera certa adesão cooperativa.

Assim como no drama, a vida social está repleta de estereótipos abstratos sustentados na coletividade que restringem as possibilidades identitárias, regulando o modo como se espera que determinado grupo se comporte socialmente. Goffman chama de fachada (face) institucionalizada a tendência segundo a qual os atores incorporam valores socialmente reconhecidos para oferecer uma impressão idealizada aos seus pares, desprezando as incompatibilidades para manter coerência expressiva¹⁶. Esses comportamentos são dependentes, como já se disse, do tipo de audiência igualmente idealizada para quem se realiza a performance: “aqueles diante dos quais desempenhamos certos papéis não serão os mesmos para os quais desempenhamos outros papéis”.

Daí se deduz que, para o autor, o saber exigido para a vida em sociedade e para a marcação de pertencimento a grupos sociais pressupõe tanto a obtenção de um certo equipamento de sinais convencionados, que atendam a normas pré-existentes, quanto a familiarização com sua manipulação: vigilância para que a máscara culturalmente desejável seja mantida no lugar. Isso quer dizer que, na visão não-representacionista de Goffman, o *self* é um produto social resultante dessas performances normalizadas em que o indivíduo se engaja, sendo suas representações locais inevitavelmente falsas, conquanto obrigatoriamente verossímeis.

¹⁶O conceito de face será especificamente abordado no capítulo 5.

3.4

A “identidade deteriorada” ou o *self* estigmatizado

Acerca ainda dos princípios reguladores da imagem nas diferentes situações sociais, Goffman (1988) formula o conceito de estigma para tratar de algo semelhante ao formulado por Becker a respeito do desvio. A diferença reside no foco lançado por um e por outro. Enquanto Becker se ocupa do que se pode chamar de a “gênese” do rótulo de desvio, Goffman trata dos encontros sociais que envolvem pessoas estigmatizadas; do confronto entre as expectativas sobre o encontro que regem as situações sociais e do modo como ele, o confronto, efetivamente acontece, quando um ou mais dos atores envolvidos foge ao padrão requerido, dentro ou fora das instituições totais.

Uma definição inicial para o estigmatizado poderia ser, segundo Goffman, “aquele que não está habilitado para a aceitação social plena” (1988:7), por conta de uma informação social negativa que ele próprio transmite, voluntária ou involuntariamente, sobre si. De forma mais elaborada, a ideia básica é que, quando estamos em uma situação em co-presença, prevemos virtualmente certos atributos que comporiam a identidade social de nossos pares. Transformamos, então, essas pré-concepções em expectativas normativas sobre como o indivíduo que está a nossa frente deveria ser ou agir. Essas expectativas, entretanto, precisam ainda ser confrontadas com aquilo que é atualizado na interação: os atributos efetivamente ali reconhecíveis. Quando há uma discrepância entre o “virtual” e o “atual”, tem-se a constituição do estigma, em geral, identificado por um atributo profundamente depreciativo; algo que possa ser considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem. Em resumo, estigma seria o resultado de uma tensão entre atributo e estereótipo.

Os exemplos de estigma elencados por Goffman são vários: abominações do corpo; marcas indiciais de vícios, doença mental, raça, nação, religião e, como não poderia deixar de ser, contravenção desviante e passagens por presídios, além de outros tipos de instituição total. Todos esses perfis compartilhariam as mesmas características sociológicas: seus traços se impõem à atenção e desestabilizam o contato face-a-face.

O conceito não deve ser visto, porém, como uma etiqueta diretamente aplicável àqueles que apresentam certas características previamente determinadas.

Embora elas sejam fortes candidatas à estigmatização nas sociedades urbanas ocidentais, há que se relativizar o que é tomado como depreciativo em diferentes grupos. Nas palavras de Goffman,

“o termo estigma será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso” (1988: 13).

Tal como o desvio – e porque ambos são faces da mesma moeda –, o estigma é um rótulo que depende fundamentalmente das relações sociais, de assimetria, de poder, para ser aplicado:

“o estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida” (idem: 178)

Também de maneira semelhante a Becker, Goffman lembra que o estigmatizado não vive em um mundo à parte, e costuma compartilhar as expectativas sobre identidade e comportamento social com os ditos “normais”. Ele aprende e incorpora, desde as mais tenras fases de interação, a perspectiva da normalidade, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação ao que significa possuir uma marca de diferença que os outros veem como defeito, e permanece suscetível a essa perspectiva. Essa espécie de “carreira moral” por que passa o estigmatizado tem implicações no modo como ele interage com pares não-estigmatizados.

Isso acontece nos seguintes termos: quando um atributo não se apresenta de antemão, isto é, quando a marca da diferença não é, por exemplo, sensorialmente perceptível – como ocorre nos casos em que se tem uma deficiência física ou neurológica evidente – o indivíduo tende a manipular a informação sobre estigma, encobrindo-o por meios discursivos (pode-se, por exemplo, omitir, mentir ou amenizar o atributo) ou por outras formas semióticas de apresentação social que “desidentificam” o atributo estigmatizável (por exemplo, quando um analfabeto finge estar lendo um livro, está transmitindo indicialmente uma informação social não compatível com sua condição).

Goffman enfoca justamente esse tipo de encontro, que ele denomina “misto”, para afirmar que neles ocorre “uma das cenas mais fundamentais da sociologia”: quando um par fundado na diferença precisa estabelecer uma relação e enfrentar os efeitos da interpretação de seus atributos para manter fluida a “marcha interacional”. Dois caminhos são possíveis nesse enfrentamento: o estigmatizado, particularmente, pode sentir que deve controlar ao extremo a impressão que está causando, esforçando-se para parecer um “igual”, ou pode sentir disposição por parte de seu interlocutor em adotar o seu ponto de vista, quando é o “normal” quem se esforça por tratar o desviante como um igual. Ao par que se revela nessa segunda possibilidade Goffman denomina “informado”: “os normais cuja ação especial leva a simpatizar ou conhecer melhor a vida do estigmatizado” (idem:37).

A questão sociológica central que se coloca a respeito do tipo de interação que se instaura nos contatos mistos, é, como se viu, o controle estratégico sobre a imagem que um indivíduo pode ter de si mesmo. Esse tipo de controle – e esse é um ponto importante da argumentação de Goffman desde os estudos sobre o *self* – não difere substancialmente, por exemplo, das atividades em que todos – sejam estigmatizados ou não – nos engajamos diariamente quando nos apresentamos socialmente. O conhecido exemplo de Preedy, do romance de William Sansom, apresentado pelo autor no ensaio de 1959, é paradigmático em relação ao fato de que a manipulação da informação (que tanto se refere à exibição quanto ao encobrimento) é uma característica geral da sociedade, e que ocorre sempre que há normas de identidade. Assim, diferenças estigmáticas e cotidianas fomentam o mesmo tipo de padrão interacional, não sendo exclusiva de nenhum grupo específico: todos querem apresentar-se sob uma luz favorável, porque estão particularmente interessados, cada um na sua esfera de atividade, em aceitação social. Segundo Goffman: “o ocasionalmente precário e o constantemente precário formam um contínuo único, sendo a sua situação de vida passível de ser analisada dentro de um mesmo quadro de referência” (idem).

3.5 Encaminhamentos

Os trabalhos apresentados neste capítulo puderam ser articulados e relacionados à pesquisa apresentada nesta tese da seguinte maneira.

1. Conforme se depreende dos trabalhos de Goffman (1959; 1988) e Becker (1963), são fluidas as fronteiras entre o mundo da ‘normalidade’ e o do ‘desvio’, e as negociações inerentes à construção desses mundos não podem ser satisfatoriamente apreendidas sem que, a um só tempo, sejam flagradas no curso dos trabalhos retóricos que lhes dão substância e estejam dispostas em molduras culturais e contextuais maiores. Este trabalho toma para si a tarefa de extrapolar a abordagem antropológica, focada em geral na descrição de ações sociais e no conteúdo dos relatos dos informantes, para observar, nas marcas das construções discursivas dos indivíduos desviantes, o trabalho de posicionar-se entre esses dois mundos e negociar rótulos pré-disponíveis.
2. A tendência de o indivíduo, em encontros mistos, projetar-se “num ciclo de encobrimientos, descobrimientos, revelações falsas e redescobertas” (cf. item 3.3 e 3.4) sempre positivamente com base nos consensos sociais sobre o que seja isso, orienta, conforme se procurará demonstrar, as imagens do *self* projetadas na situação de entrevista – um encontro misto, tal como definido por Goffman –, de modo que o aspecto relacional dos processos de construção identitária está especialmente contemplado nesta pesquisa.
3. Também o conceito de estratégias de neutralização (cf. item 3.2) diz respeito à sensibilidade do desviante em relação aos padrões culturais de normalidade, e elas tendem a emergir nos encontros mistos. A análise empreendida neste trabalho nota que tais estratégias aparecem em vários momentos nos dados aqui explorados, tanto nas diversas sequências em que se negocia o próprio tópico da violência, situações em que os participantes se envolvem em um ciclo de encobrimientos e proteções que maneja e simula a identidade deteriorada, quanto sob a forma de narrativas sobre a adesão ao tráfico, espaços discursivos em que os entrevistados-

desviantes constroem justificativas meritorias à ação criminal. As duas situações e suas análises estarão desenvolvidas, respectivamente, nos capítulos 5 e 7.

Feitas as apresentações iniciais dos temas de pesquisa, reservo ao capítulo 4 a apresentação do posicionamento metodológico e o contexto de pesquisa e geração de dados.